

O Castro de Fontes

(Santa Marta de Penaguião)

Fontes é freguesia do concelho de Penaguião e distrito de Vila Real.

A actual povoação de Fontes deve ter continuado o povoado castrejo do «Castelo dos Mouros» ou «Castro do Monte de S. Pedro que lhe fica a cerca de 1 km para leste.

Por encargo da Direcção-Geral do Património Cultural, fui a Fontes em Setembro de 1979, para, como me foi solicitado, ver o castro e colher elementos para «eventual classificação do mesmo, enviar memória descritiva e propor zona de protecção».

A visita que fizemos ao castro foi pobre em achados arqueológicos. Encontramos aqui e ali alguns cacos de cerâmica incaracterísticos e alguns pequenos pedaços de telhas de rebordo (tégulas) a atestarem a romanização daquele velho castro lusitano.

Mas o castro de Fontes forneceu duas peças arqueológicas de certo valor. Uma ara consagrada à deusa Aurora e a bela cabeça de bronze que foi considerada como um *pondera* ou seja um velho peso possivelmente romano.

O Castro

Na manhã do dia 4 de Setembro chegamos a Fontes pelas 8 horas.

Como na véspera se tinha combinado ter a colaboração — e bem prestimosa foi — do Sr. Arnaldo Conceição Osório, professor e director da Escola de Fontes, pouco depois da nossa chegada fomos para o castro que fica a um escasso quilómetro da povoação.

Toda a manhã andamos em pesquisas.

Nas voltas que demos nada vimos que fizesse sequer suspeitar serem resto de muralha ou de outras edificações castrejas.

No alto do cabeço há a pequenina capela consagrada a S. Pedro num alto terreiro rodeado por robusto paredão, até junto do qual dos lados norte, nascente e parte do lado sul sobem as vinhas.

Pode dizer-se que o castro foi tomado de assalto pelo vinhedo. Percorreram-se algumas vinhas à cata de quaisquer restos de interesse arqueológico, especialmente cacos da típica cerâmica castreja.

Apenas na vertente leste, no sítio da Pena Aguda, onde se diz que apareceu a ara que vai reproduzida nas Figs. 2, 3 e 4, e é resto de vinha velha comida pelo mato, silvas e alguns pinheiros novos, vimos alguns pedaços de rebordos de tégulas e de tijoleira.

Vertente do lado poente

Na vertente do lado poente há uma faixa, no alto, ainda não conquistada pela vinha, onde cresce algum mato e pinhal, há restos de paredes, algumas atingindo mais de metro e meio de altura, que parecem ser calços dos geios de um mortório de vinha, o que aliás foi confirmado por várias pessoas.

A única coisa que nesta vertente criou suspeita de remota construção foi um recanto de parede em ângulo recto,, a uns 60 m do terreiro da capela de S. Pedro. No entanto pouco característica, pelo menos na parte que está a descoberto.

Vertente do lado norte

Por baixo do caminho que leva às vinhas e à capela nada se patenteia de carácter ou feição castreja.

Há pois que concluir que, com o decorrer dos tempos, tudo foi destruído e arrasado.

Com a pedra das muralhas, se porventura existiram, fizeram os calços e as paredes das muitas vinhas que se estendem à roda do cabeço.

Voltou-se ao castro da parte de tarde para prosseguir as pesquisas.

Na vertente do lado nascente fomos ver um começo de saibramento para plantação de vinha. Estava a começar, apenas tinham escavado uma camada superficial de 25 a 30 cm.

Nestes saibramentos a terra é revolvida até um metro e meio a dois metros de profundidade, o que, muitas vezes, põe a descoberto coisas de interesse arqueológico.

Tivemos ensejo de ouvir pessoas de idade avançada que pudessem dar informações de interesse arqueológico referentes ao castro.

Nenhuma das pessoas interrogadas, e foram várias, se lembra de ter visto qualquer resto de muralha naquele castro.

Contaram várias lendas e foram várias as referências à mina que se abria na vertente do lado norte e pela qual «os mouros levavam os cavalos a beber à fonte de Crestelos», que fica ao fundo da ladeira do lado sul.

É corrente ouvir dizer em Fontes que entre o castro e o Orval (pequena povoação por baixo de Crestelos) está a riqueza de Portugal.

A ara

Trata-se de uma linda ara de granito de grão fino, bastante bem conservada, pois só está ligeiramente mutilada nas almofadas cilíndricas ou volutas (*cornua*), que ladeiam o *foculus*.

Em Agosto de 1978, por incumbência da Direcção-Geral do Património Cultural, fui ver a ara a casa da Sr.^a D. Olinda Matos (rua de S. Gens n.º 2951 — Senhora da Hora — Porto) que, gentilmente, permitiu que examinasse a ara, a medisse e a fotografasse (Figs. 3, 4, 5).

(¹) A Sr.^a D. Olinda Matos, a quem agradeço a gentileza da permissão de observar, medir, fotografar e desenhar a bela ara, informou que a mesma apareceu havia cerca de 20 anos, no saibramento da sua propriedade, «a vinha do Crasto», no sítio da Pena Aguda.

A mesma senhora disse que em Fontes, é corrente a seguinte tradição oral.

Um homem, chamado Guião, por qualquer crime que cometeu, foi condenado, e teve como *pena* cultivar a terra do Crasto de S. Pedro.

Tal condenação foi considerada como grande castigo, pena severa

A ara tem a altura 48 cm e na base 24 cm.

Aquela linda ara pode esquematizar-se assim: porção média ou fuste, prisma de quatro faces iguais tendo 21 cm de altura por 18 de largura, com uma base e uma cabeça.

A base com três ressaltos em cordão; o primeiro, o inferior, com 24×4 cm; o segundo, ou médio, com 24×3 cm e o terceiro com 23×5 cm.

a cabeça, ou frontão, também com três ressaltos: o primeiro a seguir à face gravada com 22,5 cm; o médio com $24 \times 1,5$ cm; o que se segue até ao topo das almofadas ou volutas com $25 \times 4,5$ cm.

A cabeça, topo cimeiro ou frontão (Fig. 3) tem a meio o *focolus* em malga pouco funda com 11 cm de diâmetro. Dos lados dois cilindros, almofodas ou volutas, com 22,5 cm de comprimento e tendo na face anterior uma roda com covinha central à maneira de argolinha.

A terceira letra da primeira linha que a princípio me parecia ser um C com um ponto no extremo do ramo inferior tem de facto um sulco integrado na letra que deve ser um G.

A terceira letra da segunda linha é, como se vê na legenda (Fig. 1-C), um L com um traço a meio da haste vertical, ou, se assim quisermos, um E a que falta o traço cimeiro. Julgo que tal letra deve ser considerada um L. O traço a meio da haste vertical deve corresponder a distracção ou erro do cinzelador, que parou a tempo de não pôr um E onde competia caber um L. A última letra da terceira linha vejo-a como um F com o traço mediano descaído.

As letras têm em média 2,5 a 3 cm de altura.

ou *pena aguda*, que deu origem ao nome do sítio onde tem a sua «vinha do Crasto».

Como o castigo, por sentença, foi aplicado ao condenado Guião, naturalmente se lhe passou a chamar *pena do Guião*. Há quem queira ver nesta designação, do castigo com que o referido delinquente teria sido punido, a raiz do nome do concelho.

Maneira simplista, mas inventiva engenhosa, em transformar uma pena aguda, pedra altaneira e acuminada, numa sentença judicial, e, depois, com a inventiva do onomástico Guião, em atributo do nome do concelho.

A ara foi estudada pelo Dr. Fernando Russel Cortez, que dela se ocupou no seu trabalho *A ara greco-romana do Castro de Fontes — Novos subsídios para o estudo dos cultos orientais na região do Douro*, publicado nos «Anais do Instituto de Vinho do Porto», Porto, 1948, págs. 47 a 95, e 4 Figs.

Na pág. 53 publicou a legenda da ara que vai reproduzida na Fig. 1-A.



Fig. 1 — Três leituras da inscrição da ara de Fontes (Santa Marta de Penaguião). A — Leitura do Dr. F. Russel Cortez. B — Leitura do Rev.º P.º E. Jalhay. C — Leitura do autor.

Nesta reprodução aparecem três pontos a mais. Um na primeira linha, entre a segunda e a terceira letras, outro na terceira linha, entre o N e o M, e ainda outro na última linha no meio ou centro do O, pontos que não consegui vislumbrar quando examinei a ara. É certo que no centro deste O há uma pequena anfractuosidade que julgo não ser um ponto.

Na última linha a última letra é um O rafado que de entrada considerei como um C.

É certo que esta pequena diferença não tem importância de maior porquanto se fosse interpretada como um C, em vez de PO(suit), suponho poderia ler-se P(onendum) C(curavit).

Russel Cortez, da págs. 54 a 70, com ampla erudição, analisa cada uma das quatro linhas da legenda da ara, alicerçado em rica documentação epigráfica que vai trazendo a terreiro em apoio dos seus raciocínios interpretativos.

Na pág. 69 escreveu: «De acordo com o que atrás expusemos julgamos aceitável, para esta epígrafe votiva a leitura»

AVGE
 CILEAE
 MINIA ME(bdi filia)
 VO T(um) L(ibens) PO(svrit)

«À (deusa) AVGE CILEA (de Cillae ou Cilla), *Minia*, filha de *Mebdo* (?) *construlu* (este monumento) *cumprindo um voto*».

Russel Cortez, na pág. 56, diz: «Para mim, é pois também de origem grega a invocação a AVGE que a epígrafe em estudo mostra gravada na sua 1.^a linha» (1).

O Rev.^o Padre Eugénio Jalhay, arqueólogo de bem merecida e justa reputação, também estudou a ara, certamente a pedido do Rev.^o Cónego da Sé de Lisboa Dr. Carneiro de Mesquita, que foi depositário da ara.

O Rev.^o Carneiro de Mesquita era natural de Fontes onde tinha casa própria, que, com outros haveres, legou para uma Fundação a criar em Fontes, que suponho ainda não ter tido concretização plena.

O Padre Jalhay no seu trabalho *Ara romana inédita de Fontes (Santa Marta de Penaguião)*, publicado na «Brotéria», Vol. XLIX, Fasc. 5, Lisboa, 1949, págs. 473 a 478 leu a legenda como se reproduz na Fig. 1-B.

Na pág. 475 o P.^o Jalhay refere que Russel Cortez propôs inicialmente a seguinte leitura, com a qual discorda.

AVgusti GENio
 CILEA
 MILNIMA
 VOTum Libens POSuit

No estudo da ara o Padre Jalhay começa por referir (pág. 474) que a ara jazia quase à entrada de uma mina, em que,

(1) Num encontro que em 22 de Abril de 1980, tive com o Dr. Russel Cortez, na Direcção-Geral do Património Cultural (Lisboa), este velho amigo, comunicou-me que o seu parecer sobre o ara de Fontes era, agora, «um voto dedicado à memória de Minerva».

segundo a tradição, se chegou a explorar minério de estanho e que deu, por vezes, ouro em apreciável quantidade.

Realça algumas particularidades das letras, tais como ausência de travessão no A, o M de hastes exteriores muito divergentes, o O quase circular e os três travessões do E sensivelmente iguais.

Acentua que «as quatro letras da 1.^a linha formam uma só palavra AUGE e esta é simplesmente o substantivo próprio *Auge*, *es* ou *Auge*, *ae* derivado do grego Ἀὐγή com que em latim bárbaro se designa aurora».

Dá a seguir a transcrição: AUGE CILEA EMINII ME(rito) VOT(um) L(IBENS) PO(suit), que traduz assim: à deusa Aurora, Cilea (filha) de Emino cumpriu gostosamente a promessa que fizera (erigindo esta ara).

Verifica-se que a bela era de Fontes mereceu ser estudada por dois arqueólogos.

Ao Rev.^o P.^o E. Jalhay, que foi distinto e operoso arqueólogo, cabe o mérito da interpretação daquela ara, como consagrada a AUGE, a deusa Aurora.

No desenho da Fig. 1 onde se reproduzem três leituras da inscrição da ara há algumas diferenças que não importam grandemente para a interpretação global apresentada pelo P.^o Jalhay.

A sua cuidada cinzelagem, tem como a sua consagração à deusa Aurora, confere-lhe posição de certo realce como peça arqueológica.

Por isso bem merece ser resguardada em museu, que, salvo melhor parecer, pode ser o de Chaves ou o de Vila Real, mais próximos do local do achado.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
Faculdade de Ciências — Universidade do Porto
Novembro de 1979

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR *

Antigo Director do Instituto de Antropologia
«Dr. Mendes Correia» e Presidente da Sociedade
Portuguesa de Antropologia.

* Quinta da Caverneira — Águas Santas — 4470 Maia



Fig. 2 — Cabeço da capela de S. Pedro, onde assentou o velho Castro de Fontes, visto do lado poente. No alto, por trás dos pinheiros, vislumbra-se a capela de S. Pedro. Do lado nascente as vinhas estendem-se até ao paredão do reduto da capela.



Fig. 3 — Cabeça da ara de Fontes mostrando o *foculus* ladeado pelas almofadas cilíndricas, volutas (*cornua*). A caneta mede 14,5 cm.



Fig. 4 — Legenda da ara de Fontes fotografada em posição quase ortogonal.



Fig. 5 — A ara de Fontes fotografada em posição conveniente para realçar particularidades de cinzelagem.

**Inscrições Romanas de Bemposta — Penamacor
(Beira Baixa)**

Quem, da *Ponte de S. Gens* seguir a estrada com destino a Penamacor, encontra muito próximo de Pedrógão de São Pedro um pequeno ramal à sua direita, que conduz a Bemposta, freguesia do concelho de Penamacor.

Há já alguns anos que esta região era conhecida pelos inúmeros vestígios arqueológicos da época romana ⁽¹⁾ e assim quando do 1.º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor, tivemos oportunidade de nos deslocarmos em comissão de trabalho a esta localidade, identificando assim as duas inscrições romanas a *Bandis Isibraia* já publicadas por D. Fernando de Almeida ⁽²⁾ e paralelamente descobrir mais quatro, estas ainda inéditas, e que nos propusemos estudar num conjunto mais vasto, incluindo também as que já se encontravam publicadas ⁽³⁾.

Está de parabéns o povo de Bemposta, que em tão boa hora se opôs à saída da sua terra, os valores arqueológicos aqui encontrados, reunindo-os assim num enquadramento histórico onde se encontra a Torre Medieval desta localidade e que poderá pela certa ser o embrião de um futuro Museu Local.

I — Fotos 1 e 2

Ara de granito róseo pouco granulado, com forte pátina. Fragmentada no topo. O campo epigráfico é separado da base por três filetes.

Foi estudada e publicada por D. Fernando de Almeida, assim como a número dois. As restantes encontravam-se ainda inéditas.

Tem de altura 68 por 28 de espessura. O campo epigráfico mede 36 × 25 ⁽⁴⁾.

BANDI / ISIBRAIEGVI / CILIVS / CAMALI / F(*ilius*)
V(*otum*) S(*oluit*).

Cílio, filho de Camalo, cumpriu o voto a Bandis Isibraigo.

Altura das letras: 1.1: 4/4,8; 1.2: 3,5/4; 1.3: 4/4,1; 1.4: 4/4,2; 1.5: 4/4,1.

Espaços interlineares: 1: 4; 2: 3; 3: 2,3; 4: 2.

Bibliografia: Fernando de Almeida, *Mais divindades Lusitanas do grupo Band*. Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, III Série, n.º 19, 1965, p. 20.

José d'Encarnação, *Banda uma importante divindade indígena*. Conímbriga, Vol. XII 1973, p. 206.

José d'Encarnação, *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa 1975, pp. 131-132.

Maria de Lourdes Albertos e Mário Pires Bento, Testemunhos da ocupação romana na região de Meimoa — Beira Baixa. Actas del XIV Congreso Nacional de Arqueologia. Vitória — Espanha 1975, p. 1208.

A paginação da inscrição como a sua gravação não foi cuidada pelo lapicida. Na linha 1 o B, assim como o I da 1.2 já desapareceram. As restantes letras encontram-se gravadas a maior profundidade.

A linha 4 encontra-se inclinada para a esquerda, enquanto que o vértice do M vem até ao nível da linha.

Estamos pois perante uma das aras a *Band* publicadas por Fernando de Almeida (5), sendo o seu culto fortemente testemunhado na Península Ibérica.

É provável que este teónimo esteja ligado a determinada região como divindade de uma povoação ou tribo, podendo ter características étnicas regionais consoante o local onde é venerado (6), que como disse José Leite de Vasconcelos (7), o «elemento *Band* encontra-se numa área de antropónimos célticos e contém a ideia de *ordenar, proibir*».

É ainda baseando-nos em A. García y Bellido (8), que notamos a sua distribuição numa área de antropónimos e teónimos indo-europeus, o que nos demonstra cada vez mais uma origem celta.

Quanto ao epíteto, ele poderá ter também papel fundamental na caracterização da divindade, atendendo a que o mesmo poderá tratar-se de um epíteto de natureza geográfica,

como é frequente em várias divindades indígenas desta região ⁽⁹⁾.

Na parte lateral da ara, encontram-se gravadas as letras GVI (Foto 2) ao mesmo nível da linha 2 e que poderá ser a continuidade do epíteto, revelando-nos uma forma por demais conhecida nas divindades indígenas cultuadas nesta região. Assim achamos por bem ler *Isibraigui*, com dativo pré-céltico em *-ui* por *Isibrai* ⁽¹⁰⁾.

Apresenta ainda esta inscrição a base com um espigão bastante pronunciado e que deveria servir para enterramento no solo. Caso idêntico foi observado numa inscrição de *S. Martinho* (Castelo Branco) e identificada por A. Batista e Manuel Leitão ⁽¹¹⁾.

O dedicante da ara *Cilio* é um indígena bastante documentado na região, sobretudo em Idanha-a-Velha ⁽¹²⁾, Fundão, e ainda em Santa Cruz de la Sierra ⁽¹³⁾.

O nome *Camalo* é provavelmente celta e muito frequente em inscrições peninsulares. Está registado em Idanha-a-Velha ⁽¹⁴⁾, S. Pedro do Sul ⁽¹⁵⁾, Covilhã ⁽¹⁶⁾, Conímbriga ⁽¹⁷⁾, Monsanto ⁽¹⁸⁾ e Guimarães ⁽¹⁹⁾ correspondendo à zona oeste peninsular.

II — Foto 3

Ara votiva de granito muito granuloso, apresenta pátina cinzenta. Capitel elegante com dois toros, um de cada lado. O da direita encontra-se fragmentado. Mulduração aprumada no capitel e grosseira na base. Campo epigráfico fragmentado nas arestas.

Dimensões: 91 × 54 × 18. Campo epigráfico: 60 × 54.

[M]ATER[N]/VS M[AE]/LON[IS] / F(*ilius*) BA[N]DI
IS(i)B [RA(i)] / V(*otum*) S(*oluit*) L(*ibens*) [M(*erito*)].

Materno filho de Maelo, cumpriu de boamente o voto ao mérito de Bandis Isibraia.

Altura das letras: 1.1: 5,5/6; 1.2: 4,5/5; 1.3: 5,5/6; 1.4: 6/6,2; 1.5: 6/6,1; 1.6: 4/4,5.

Espaços interlineares: 1: 1,6; 2: 2; 3: 1,2; 4: 2; 5: 1,4.

Bibliografia: Fernando de Almeida, *Mais divindades Lusitanas do grupo Band*. Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, III Série, n.º 9 1965, p. 21.

José d'Encarnação, *Banda uma importante divindade indígena*. Conímbriga, Vol. XII 1973, p. 206.

José d'Encarnação, *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa 1975, p. 132.

A gravação é perfeita, e apesar da inscrição se encontrar fragmentada, não apresenta dificuldades na reconstituição.

Tudo indica que o lapicida teria cometido algum erro na gravação das últimas duas linhas, pelo que teve de picar novamente o campo epigráfico nesse local, resultando assim um nível diferente na inscrição.

Casos idênticos podem ser observados na epigrafia de Idanha-a-Velha.

Foi, baseando-se nestas duas inscrições, que José d'Encarnação ⁽²⁰⁾ afirmou: «Como já disse, para esta hipótese se considerar válida, o nome deveria ser invocado sob um só epíteto no mesmo local. E é o que aconteceu.

Demonstram-nos em primeiro lugar as duas inscrições de Bemposta estudadas por D. Fernando de Almeida».

Hoje com a descoberta de uma nova ara a *Band Vorteaecio* ⁽²¹⁾, cremos que tal não poderá corresponder, visto ser já conhecida uma outra também a *Band*, com o mesmo epíteto, mas de local diferente ⁽²²⁾.

A presente que estudamos, trata-se de um monumento de interesse, porque além de ser a segunda inscrição a *Bandi Isibraia* encontrada no mesmo local, ela documenta uma vez mais a aculturação antroponímica: o pai usa ainda um nome celta, enquanto que o filho adoptou por um antropónimo latino.

Materno é um cognome latino muito frequente nas áreas célticas do mundo Romano ⁽²³⁾ e muito frequente na Península Ibérica ⁽²⁴⁾.

Maelo é bastante conhecido na Lusitânia, fora da qual ainda não foi encontrado ⁽²⁵⁾. Parece tratar-se de um nome

celta ⁽²⁶⁾, embora coincidindo com um gentílico romano na opinião de João Luís Vaz ⁽²⁷⁾.

III — Foto 4

Fragmento de uma ara de granito pouco granulado, apresentando apenas parte do fuste e capitel.

Dimensões: 40 × 28 × 16. Campo epigráfico 22 × 16.

VIRIV/S • ALLV/[QVI]V • F(*ilius*) [...]

Virio filho de Aluquio...

Altura das letras: 1.1: 4/4,2; 1.2: 3,6/4; 1.3: 4/4,3.

Espaços interlineares: 1: 1,2; 2: 1,3.

Inédita.

A ara encontra-se muito bem paginada e gravada. O lapicida teria utilizado aqui todo o campo epigráfico como nos leva a crer pela disposição das duas primeiras linhas que ainda restam. É de salientar ainda o seguinte:

L.1: Os VV apresentam menor abertura em relação ao V da linha 2.

L.2: A terminação em triângulo das arestas horizontais dos LL.

L.3: A fractura da inscrição nesta linha, apenas nos permite reconstituir o antropónimo *Aluquio* e a abreviatura de *filius*.

Virio é um nome hispânico registado sete vezes na Península; próximo do Porto ⁽²⁸⁾, Lamego ⁽²⁹⁾, Idanha-a-Velha ⁽³⁰⁾, Sevilha ⁽³¹⁾, Valência ⁽³²⁾ Oviedo ⁽³³⁾ e Santiago de Compostela ⁽³⁴⁾. Existem ainda outros nomes de radical *vir-*, que Untermann recolhe. Veja-se ainda a sua obra sobre a difusão dos mesmos ⁽³⁵⁾.

Se *Virio* nos situa numa onomástica conhecida, o mesmo não poderá dizer-se de *Aluquio*, tratando-se de um nome pouco conhecido na região, sendo apenas documentado em Idanha-a-Velha ⁽³⁶⁾. Holder aponta-o como Ibérico. Contudo S. Lambriño diz ser celta,, atendendo a que o mesmo vem associado a nomes de raiz celta.

IV — Foto 5

Fragmento da parte superior de uma ara, conservando ainda quatro linhas sendo possível identificar apenas dois antropónimos.

É em granito de grão grosso com forte pátina cinzenta.

Dimensões: $42,5 \times 30 \times 16$.

CARPA / [T]ONG[I(i)] F(*ilia*) / [...] VAN [...] / O. [...]
Carpa filha de Tôngo...

Altura das Letras: 1.1: 5,8/6; 1.2: 5/4,4; 1.3: 4/4,5; 1.4:
0 = 3,8.

Espaços interlineares: 1: 2; 2: 2.

Inédita.

A paginação da inscrição é bastante boa, tal como a gravação. Na 4.^a linha há a assinalar *puncti distinguentes*.

Carpa parece tratar-se do feminino do gentílico *Carpo* ⁽³⁷⁾. Sendo o seu radical *Carp-* recolhido algumas vezes no CIL.

Tôngio é um antropónimo de raiz celta e bem documentada na Lusitânia. O seu radical parece ter a ideia de juramento ⁽³⁸⁾.

Sobre este nome veja-se Conímbriga, Vol. xvi, p. 22 ⁽³⁹⁾ e Vol. xvi, p. 61 ⁽⁴⁰⁾.

V — Foto 6

O presente monumento trata-se de uma ara de granito grão grosso, com capitel elegante mas já muito fragmentado. Apresenta ainda restos de dois toros e vestígios de fôculo. Tem 79 de altura por 22 de espessura. O campo epigráfico mede 39×25 .

PAVILINI / PA[...] / M[...] / F[...]

Altura das letras: 1.1: 3,5/4; 1.2: 4/4,2; 1.3: M = 3; 1.4:
F = 4.5.

Espaços interlineares: 1: 2,2; 2: 1,4; 3: 2,4.

Inédita.

Paginação pouco cuidada.

A gravação deveria ter sido nítida, contudo com o desgaste do campo epigráfico, não nos permite uma melhor leitura.

Nada mais conseguimos adiantar sobre o presente monumento.

VI — Fotos 7 e 8

Ara de granito de grão fino, com vestígios de fôculo e de dois toros.

Estamos perante mais um caso de destruição de inscrições e que a outras da nossa região já aconteceu por várias vezes ⁽⁴¹⁾. Foi toda ela picada, sendo hoje impossível identificar a respectiva inscrição.

Trata-se pois necessário de salvaguardar as riquezas e os valores epigráficos não só da nossa província como também do país, a que o progresso e a ignorância teve e tem a tendência de dizimar.

Tudo faremos para que não se venha a empobrecer o nosso Património e conscientes de que este pequeno escrito servirá para o conhecimento dos valores epigráficos de Bemposta, ficamos esperançados de que as Autarquias Locais algo farão para o não perder. À Câmara Municipal de Penamacor caberá a última palavra.

* R. da Matadouro, 57
6000 Castelo Branco

MANUEL LEITÃO *

Sócio da Sociedade de Antropologia e Etnologia

** R. da Sr.^a de Mércules, 122
6000 Castelo Branco

LUÍS BARATA **

NOTAS AO TEXTO

(41) Fernando de Almeida, *Mais divindades Lusitanas do grupo Band* (= MDB). Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, III Série, n.º 9, 1965, p. 20-21; José d'Encarnação, *Banda uma importante divindade indígena* (= BDI). Conimbriga, Vol. XII 1973, p. 206; José d'Encarnação, *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal* (= DIP). Lisboa 1975, p. 131; Maria de Lourdes Albertos e Mário Pires Bento, *Testemunhos da ocupação romana da região de Meimoa — Beira Baixa*. Actas del XIV Congresso Nacional de Arqueologia. Vitória — Espanha 1975, p. 1208. (2) MDB,

p. 21. (3) Não se justificaria retomá-las caso estivessem devidamente ilustradas. Agradecemos ao amigo e mestre Dr. José d'Encarnação todas as indicações que nos deu para a elaboração deste trabalho. As fotografias são da autoria de Nuno Semedo. (4) As medidas serão sempre indicadas em centímetros. (5) MDB, p. 22. (6) MDB, p. 23.

(7) José Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia* (= RL), Vol. II. Lisboa 1905, p. 317. (8) A. Garcia y Bellido, *La latinización de Hispania*. Archivo Español de Arqueología, Vol. XL 1967, p. 22. (9) DIP, p. 107. (10) GVI surge em epítetos já conhecidos também de outras divindades da região. Rectus / Rufi f(i)lius / Reve / Langa/nidai/gui v(otum) s(oluit). E assim como numa inscrição a Band; Bandei / Brileae/gui Severu/s Abruni f(i)lius / v(otum) s(oluit). (11) José Manuel Garcia e Manuel Leitão, *Inscrições romanas de S. Martinho—Castelo Branco*. Cadernos de Epigrafia, N.º 4, 1980 (no prelo). (12) Fernando de Almeida, *Egitânia, História e Arqueologia* (= Egitânia). Lisboa 1956, p. 148.

(13) Maria de Lourdes Albertos, *Nuevos Antropónimos Hispanicos* (= NAH). Emerita, Tomo xxxii, fasc. 2, 1964, p. 240. (14) Egitânia, p. 149. (15) NAH, p. 235. (16) NAH, p. 235. (17) NAH, p. 235. (18) DIP, p. 103. (19) DIP, p. 143-148. (20) BDI, p. 214. (21) José Manuel Garcia, *Contributo para a compreensão das divindades indígenas do grupo Band — Uma nova ara*. Conimbriga, Vol. xv 1976, p. 147-150. (22) João Luís Vaz, *Inscrições romanas do Museu do Fundão* (= IRMF). Conimbriga, Vol. xvi 1977, p. 8. (23) Iiro Kajanto, *The Latin Cognomina*. Helsinki 1965, p. 80 e p. 303.

(24) Emilio Hübner, *Corpus Inscriptionum Latinarum* (= CIL). Berlin 1869. (25) NAH, p. 110. (26) T. Scarlat Lambrino, *Les inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos* (= IMLV). Arqueólogo Português, Nova Série, Vol. III 1956. (27) IRMF, p. 21. (28) CIL II, 2378. (29) CIL II, 5250. (30) Egitânia, p. 147. (31) CIL II, 1250. (32) CIL II, 3771. (33) CIL II, 5748. (34) CIL II, 2547. (35) Jurgen Untermann, *Elementos de un Atlas antroponímico de la Hispania antigua*. Madrid 1965, mapa 84, p. 189-190.

(36) IMLV, p. 34. (37) NAH, p. 237. (38) RL II, p. 297. (39) IRMF. (40) José d'Encarnação, *Epigrafia romana do Nordeste Alentejano — Nisa, Torre de Palma e Silveirona*. Conimbriga, Vol. xvi 1977. (41) A. Ribeiro e M. Leitão, *Epigrafia romana da Sr.ª da Granja — Proença-a-Velha* (Comunicação apresentada ao II Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular. Santiago de Compostela 1980.



Foto 1



Foto 2



Foto 3



Foto 4



Foto 5



Foto 6

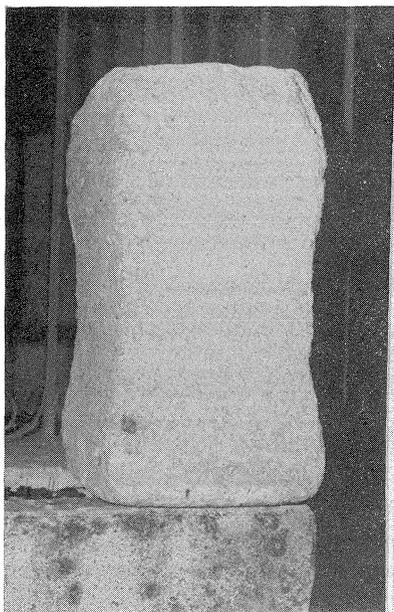


Foto 7

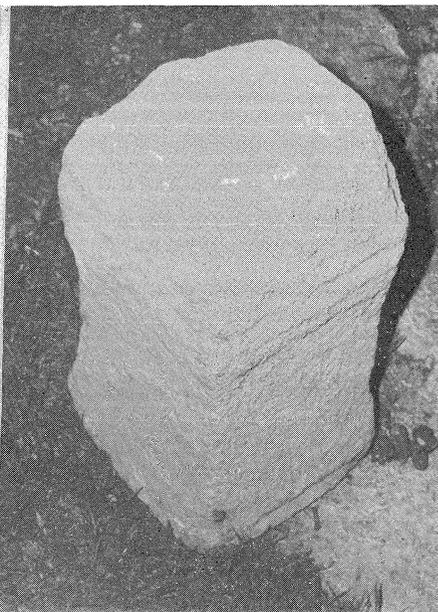


Foto 8

Camões jogava o chincalhão

O chincalhão, como escrevi no meu trabalho *O jogo do chincalhão*, publicado no fascículo II e III do volume 23 de «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 1978, págs. 301 a 321, e 1 Fig., é um jogo de cartas com variável número de jogadores empareceirados em dois grupos.

Assim se os jogadores são 4 empareceiram 2 a 2: empareceiram 3 a 3, 4 a 4, 5 a 5, se os jogadores são 6, 8 ou 10.

Joga-se com baralho de 40 cartas e sem trunfo.

A certas cartas é atribuído valor convencional em sequência decrescente desde a de valor máximo.

A série dos valores é, geralmente, formada por 9 a 11 cartas um tanto variável de região para região. Na Quinta de S. Pedro, freg. de Meirinhos conc. de Mogadouro, onde aprendi a jogar o chincalhão e muitas vezes o tenho jogado, a sequência a partir da carta de maior valor é a seguinte: *Duque* (2 de paus); *Cavalo* (valete de paus); *Cinco ouros* (quina de ouros); *Cinco paus* (quina de paus); *Sota* (dama de espadas); *Quatro paus* (quadra de paus); *Manilhão* (sete de copas); *Manilha* (sete de ouros); *Espadilha* ou *Mata ternos* (ás de espadas).

Seguem-se os ternos, depois os duques e depois as cartas dos valores correntes.

Na Quinta de S. Pedro a série é a das 9 cartas indicadas.

Mas já em Mindelo, freguesia do concelho de Vila do Conde, a série é de 10 cartas, como se indica: *As de paus*; *As de ouros*; *Garujo* (valete de paus); *Dourada* (dama de ouros); *Cinco ouros*; *Cinco paus*; *Bufa* (dama de espadas); *Ferro* (ás de espadas); *Carrela* (quadra de paus); *Carrelinha* (sete de copas).

Como na Quinta de S. Pedro seguem-se os ternos, os duques e as cartas dos valores correntes.

No meu trabalho citado publiquei mais duas séries, a de Guilhabreu (Vila do Conde), e a de Vila Chã e Modivas, tam-

bém freguesias do concelho de Vila do Conde, transcritas do belo trabalho do Prof. Celestino Maia, *Chincalhão — Jogo de cartas*, in «Douro Litoral», Boletim da Comissão de Etnografia e História, oitava série, VIII, Porto 1958, 8 págs. e 2 figs. Nestas duas séries são 11 as cartas de valor convencional. Em Guilha-breu a carta de valor máximo é o *Dois de paus*, como na Quinta de S. Pedro, e em Vila Chã e em Modivas, a carta de maior valor é o *Ás de paus*, como em Mindelo.

Dada a presença de 5 cartas de paus nas 4 séries estudadas, e o facto de em duas delas a carta de valor máximo ser o dois de paus e nas outras duas ser o ás de paus, é de crer que no chincalhão jogado por Luís de Camões, a carta de mais valor fosse o *três de paus*.

Certas cartas são, por assim dizer, constantes nas 4 séries que tivemos ensejo de estudar. Estão neste caso, além de outras o *cinco ouros* (quina de ouros) e o *cinco paus* (quina de paus), uma e outra em algumas séries ocupam o terceiro lugar, com grande valorização, e nas outras séries passam para o quinto ou sexto lugar, como se indicou no quadro da pág. 317 do nosso referido trabalho.

Nas quatro séries estudadas o valor máximo em qualquer delas é atribuído a uma carta de paus, o duque ou o ás.

Outras cartas de paus, o valete a quina e a quadra entram nas séries estudadas, em posições variáveis de série para série.

O Prof. Celestino Maia no citado trabalho, refere que «este jogo era já conhecido no séc. XVIII». Em sequência a esta referência, na pág. 319 do meu citado trabalho escrevi: «É bem possível que tenha origem mais remota».

Como vamos ver já no século XVI o jogava Luís de Camões.

No livro *Luís de Camões — Obras completas* Vol. III, Autos e cartas, com prefácio e notas do Prof. Hernâni Cidade, 2.^a ed., nas págs. 225 a 242, Lisboa, 1956, vem publicada a carta I, que, em nota de fundo da pág. 225, se diz ter sido publicada pela ed. em 1598. Esta carta, como se indica, foi publicada na primeira edição das obras do poeta. Alguns críticos, no entanto, consideram-na apócrifa.

Nessa carta escrita de Cêuta há uma curiosa referência ao chincalhão. Carta escrita certamente a um amigo, dela consta a passagem que se transcreve.

«Quero-vos dar conta de um soneto sem pernas, que se fez a um certo recontro que se teve com este distribuidor de bons propósitos, e não se acabou, porque se teve por mal empregada a obra; cujo teor é o seguinte:

*Forçou-me Amor, um dia, que jogasse;
Deu as cartas, e ás de ouros levantou;
E, sem respeitar mão, logo trunfou,
Cuidando que o metal que me enganasse.*

*Dizendo, pois trunfou, que triunfasse,
A ãa sota de ouros que jugou;
Eu então, por burlar quem me burlou,
Três paus joguei, e disse que ganhasse.»*

Como etnógrafo, e com a vivíssima admiração pelo insigne poeta, estou em desacordo com Camões, pois acho que as duas quadras foram obra muito bem empregada, porquanto nos dá informação segura de que o chincalhão já se jogava no século XVI, e que, pelo contexto das quadras, Camões bem o sabia jogar.

Tanto quanto se pode ajuizar pela leitura das duas quadras podemos afirmar que o nosso grande poeta conhecia bem o chincalhão, certamente por muito o ter jogado.

É pena que às duas quadras não seguissem os tercetos, pois que, dada a argúcia do poeta e o seu rico poder descritivo, ficaríamos possivelmente a conhecer algumas fases do jogo do chincalhão de há uns quatrocentos anos atrás.

De qualquer modo as duas quadras do soneto sem pernas, como o próprio poeta as designou, permitem fazer algumas considerações.

O respeitar a mão é, na regra do jogo, ser o primeiro a jogar aquele que fica à direita do que deu cartas.

Pelo que conta Camões, um jogador do grupo adverso, antecipando-se, pôs na mesa o *ás de ouros*, carta sem dúvida de grande valor, mas não de valor máximo, em atitude de fanfarrão, blasonando possuidor de jogo forte, tentando ludibriar o outro grupo.

O *ás de ouros* em algumas regiões do Concelho de Vila do Conde é a segunda carta de maior valor.

Na segunda quadra Camões refere a jogada da *sota de ouros* (dama de ouros também chamada *dourada*) a que o poeta respondeu com o *três de paus*, «e disse que ganhasse».

Parece poder depreender-se que o *três de paus* seria a carta máxima, o «rei da manada» como lhe chamam em algumas regiões de Trás-os-Montes.

O *três de paus* decidiu o ganho do jogo, rematado pelo dito de zombaria ao outro jogador, para que ganhasse depois daquela jogada terminante e decisiva.

Será esta a justa interpretação?

É pelo menos uma que pode fazer-se e, quanto a nós plausível.

Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Correia»
Faculdade de Ciências — Universidade do Porto
Julho de 1980

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR *
Antigo Director do Instituto de Antropologia
«Dr. Mendes Correia» e Presidente da Sociedade
Portuguesa de Antropologia.

* Quinta da Caverneira — Águas Santas — 4470 — MAIA